

Prof. Paulo Otero
CURRICULUM VITAE
(resumo)

- I. Paulo Otero (1963) é professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde 2005, tendo concluído a licenciatura em 1986, o mestrado em 1990, o doutoramento em 1996 e a agregação em 2004.

- II. É, desde 2016, professor decano de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sendo hoje, em exercício de funções, o professor de Direito Público mais antigo de todas as universidades públicas portuguesas e, desde janeiro de 2024, o professor decano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- III. Jurisconsulto de entidades públicas e privadas, exercendo ainda funções como juiz de tribunais arbitrais, especialmente em matérias de Direito Administrativo e Direito Constitucional.

- IV. Tem exercido funções docentes, nos últimos anos, nos três ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento), assegurado a regência das unidades curriculares de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direitos Fundamentais e Teoria do Direito.

- V. Exerceu já as seguintes funções:
 - Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004/2005);
 - Presidente da Comissão Jurídica do Conselho da Nobreza Portuguesa (1998/2002);

- Coordenador do Centro de Investigação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2006/2008);
- Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996/2013) e do seu Conselho Pedagógico (1987 e 2004);
- Membro da Comissão de Apreciação dos Estatutos das Universidades e dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público, Particular e Cooperativo (1989/2004), do grupo de trabalho encarregue de rever o regime geral do ilícito de mera ordenação social (1995), de elaborar o “Livro Branco sobre o Setor Empresarial do Estado (1996) e da comissão incumbida de proceder à revisão da legislação interna sobre o Direito do Mar (1998/2000);
- Vogal da Comissão do Domínio Público Marítimo (1997/2000);
- Membro do Painel de Avaliação de candidaturas individuais para a atribuição de bolsas no âmbito da Medida 4 do Programa Praxis XXI por indicação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1997); membro do júri de avaliação e seleção de candidatos à carreira diplomática no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1998);
- Assessor dos Advogados do Estado Português junto do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, no caso referente a Timor Leste/Austrália (1991/1995) (cfr. <http://www.icj-cij.org/files/case-related/84/084-19950630-JUD-01-00-EN.pdf>);
- Coordenador nacional da Plataforma Europeia *One of Us* (2018-2021).

VI. Membro de diversas comissões técnicas e órgãos administrativos, tem sido orientador de dezenas de dissertações de mestrado e de doutoramento, vogal e arguente de múltiplos júris de mestrado, doutoramento e agregação, nas Universidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Nova de Lisboa e Técnica, tendo ainda integrado júris de concursos académicos para a seleção de assistentes e o provimento das categorias de professor catedrático e professor associado.

- VII. Conferencista em Portugal e no estrangeiro, encontra-se inscrito como investigador da Fundação para a Ciência e Tecnologia, integrando o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Instituto Europeu, o Instituto de Direito do Trabalho, o Instituto dos Valores Mobiliários, a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa e o IDL – Instituto Amaro da Costa.
- VIII. É autor de mais de uma centena de títulos publicados, em matérias de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Económico, Teoria do Direito, Direito Internacional Público, Direito da União Europeia, História do Direito, Ciência Política, Bioética e História de Portugal, salientando-se os seguintes livros:
- 1) *A Delegação de Poderes no Direito Administrativo Português*, Lisboa, edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987;
 - 2) *A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos*, Lisboa, edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1988;
 - 3) *Conceito e Fundamento da Hierarquia Administrativa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1992;
 - 4) *Ensaio sobre o Caso Julgado Inconstitucional*, Lisboa Lex, 1993;
 - 5) *O Poder de Substituição em Direito Administrativo: enquadramento dogmático - constitucional*, 2 vols., Lisboa, Lex, 1995;
 - 6) *O Desenvolvimento de Leis de Bases pelo Governo (O sentido do artigo 201º, nº 1, alínea c), da Constituição*, Lisboa, Lex, 1997;
 - 7) *O Valor Jurídico-Político da Referenda Ministerial - Estudo de Ciência Política e Direito Constitucional*, Lisboa, Lex, 1997 (em coautoria com o Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral);
 - 8) *Direito Administrativo – Relatório de uma disciplina apresentado no concurso para professor associado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, ed. Pedro Ferreira, 1998; *Direito*

- Administrativo – Relatório*, 2ª ed., publicado em suplemento à *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 2001;
- 9) *Vinculação e Liberdade de Conformação Jurídica do Sector Empresarial do Estado*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998;
 - 10) *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, I vol., 1º tomo, Lisboa, ed. Pedro Ferreira, 1998; 2º tomo, Lisboa, ed. Pedro Ferreira, 1999;
 - 11) *Privatizações, Reprivatizações e Transferências de Participações Sociais no Interior do Sector Público*, Coimbra, Coimbra Editora, 1999;
 - 12) *Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano: Um perfil constitucional da bioética*, Coimbra, Almedina, 1999;
 - 13) *A Democracia Totalitária – Do Estado totalitário à sociedade totalitária. A influência do totalitarismo na democracia do século XXI*, Cascais, Principia, 2001, reimp., 2010;
 - 14) *Legalidade e Administração Pública: O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra, Almedina, 2003, e sucessivas reimpressões;
 - 15) *Portugal e o Direito do Mar*, Lisboa, Edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004 (em coautoria com os Professores Doutores Fausto de Quadros e Jorge Bacelar Gouveia);
 - 16) *A Renúncia do Presidente da República na Constituição Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2004;
 - 17) *Direito da Vida – Relatório sobre o programa, conteúdos e métodos de ensino*, Coimbra, Almedina, 2004;
 - 18) *Instituições Políticas e Constitucionais*, I, Coimbra, Almedina, 2007, reimp., 2009;
 - 19) *Os Últimos Meses de Salazar - Agosto de 1968 a Julho de 1970*, Coimbra, Almedina, 2008; reimp., 2008;
 - 20) *Direito Constitucional Português*, 2 vols., Coimbra, Almedina, 2010 e sucessivas reimpressões;
 - 21) *Rocha Saraiva: o professor de Salazar*, Coimbra, Almedina, 2013;

- 22) *Manual de Direito Administrativo*, I, Coimbra, Almedina, 2013 e sucessivas reimpressões;
 - 23) *Direito do Procedimento Administrativo*, I, Coimbra, Almedina, 2016 e sucessivas reimpressões;
 - 24) *Eutanásia, Constituição e Deontologia Médica*, Lisboa, AAFDL, 2020.
- IX. Coordena ainda, presentemente, duas obras coletivas em curso de publicação:
- (i) *Comentário à Constituição Portuguesa*, Almedina, (já saíram 2 vols.);
 - (ii) *Tratado de Direito Administrativo Especial*, em co-coordenação com o Prof. Pedro Gonçalves, Almedina (já saíram 7 vols., desde 2009).
- X. É autor de diversos artigos e/ou partes de livros publicados no estrangeiro.
- XI. Dirige a Coleção “Política”, cujos primeiros livros serão publicados em 2024.
- XII. Foi, entre 2012 e 2014, diretor da revista *Direito & Política/Law & Politics* (<http://www.direitoepolitica.pt>).
- XIII. Integra o Conselho de Redação da “Revista de Contratos Públicos” (Coimbra, 2011), o Conselho Científico da “Revista de Direito Público do Economia” (Brasil, 2003), o Conselho de Editorial da “Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura” – RDAI (Brasil, 2017), o Conselho Científico da “Revista de Direito Administrativo”, (Lisboa, 2017) e o Conselho Editorial da Revista “Democracia e Liberdade” do IDL- Instituto Amaro da Costa (Lisboa, 2023).
- XIV. Comentador junto da televisão, da rádio e de jornais de assuntos jurídico-constitucionais e jurídico-administrativos.

Lisboa, 03.II.2024.